



ANATECT - Associação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos

Correios: Instrumento para o Desenvolvimento e Integração Nacional
Diagnóstico e Propostas Para o Programa de Governo 2023-2026

Anatect
Associação Nacional dos Trabalhadores dos Correios

ANATECT
2022

Correios: Instrumento para o Desenvolvimento e Integração Nacional

Diagnóstico e Propostas Para o Programa de Governo 2023-2026

Os Correios do Brasil contam com mais de 350 anos de existência formal e tem um papel social concebido constitucionalmente. A capilaridade dessa empresa nacional é um dos principais fatores de sua inquestionável relevância social para o Brasil, pois os Correios contribuem assim - e muito - para a integração de um país continental como o nosso. Por mais que o governo não queira reconhecer, os Correios são estratégicos para o Brasil. Os Correios estão em todos os 5.570 municípios brasileiros e, diariamente, através dos carteiros, sob chuva ou sob sol, visitam os mais de 70 milhões endereços no país. Com isso, os Correios não são somente uma empresa entregadora de cartas e encomendas, mas também, principalmente, uma instituição que leva cidadania e dignidade a todos brasileiros e brasileiras.

O setor postal brasileiro, assim como os sistemas postais de outros países, não se destaca apenas pelas mudanças recentes pelas quais vêm passando, mas também por atuar como uma reconhecida “rede de serviços públicos”. Considerar os serviços postais como rede de serviços públicos implica reconhecer que em alguns lugares a infraestrutura postal – agências, caixas de correios, postos de distribuição postal etc. - é o único elemento que atesta a presença física do Estado brasileiro em determinadas localidades do nosso imenso território nacional. Essa presença é particularmente importante para regiões pobres e afastadas que enfrentam sérios problemas sociais e que são abandonadas e negligenciadas por empresas da iniciativa privada. A verdade é que, se o Estado não estiver presente nessas localidades - por meio dos Correios, propiciando a integração - o desenvolvimento e a modernidade não chegarão em muitas cidades ou, quando chegarem, já estarão muito atrasados.

A quantidade diária de objetos postais é gigantesca. Os números dos Correios são extraordinários: mais de 4 bilhões de unidades de correspondência escrita, por exemplo, são entregues todo ano, pelos Correios, a preços acessíveis, porque o objetivo dessa gigantesca empresa é, prioritariamente, garantir o direito de cada cidadão em ter acesso aos serviços postais. Os carteiros são, talvez, a categoria profissional mais próxima dos lares dos brasileiros.

Os Correios são a única instituição pública presente em todos os 5.570 municípios e prestam um serviço relevante em um país de dimensões continentais. Apenas 324 das 11.542

agências dão lucro e o resultado positivo ajuda a manter as demais. Como a maior parte das agências lucrativas está no Sudeste e no Sul, há também subsídio cruzado inter-regional que viabiliza o atendimento nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Um outro aspecto que também merece destaque é que os serviços de correios se caracterizam por ser um setor em que a mão de obra é largamente utilizada, o que tem garantido o emprego e a renda de muitos trabalhadores brasileiros. Nessa toada, é muito provável que mudanças no setor postal terão significativas implicações sociais e políticas. Denota-se, portanto, o caráter “politicamente delicado” e imprescindível das atividades postais neste país.

De forma resumida, podemos descrever o atual papel assumido pelos Correios no Brasil, a partir de iniciativas como:

- Grande integrador da economia nacional atuando em mais de 5.500 municípios, além de ser agente ativo na garantia da soberania nacional, pois em diversas localidades atua praticamente sozinho como representante do Estado Brasileiro;
- Produz receitas da ordem de R\$ 19 bilhões/ano, aproximadamente 0,33% do PIB brasileiro;
- Garante o direito constitucional da universalidade do serviço postal;
- Prática de preços justos nos serviços de correspondência: as tarifas do serviço postal brasileiro estão dentro das faixas mais baixas do mundo (num setor com tendência à oligopólio quando executado pelo setor privado);
- Atua como agente regulador de preços no mercado concorrencial (encomendas), garantindo preços similares em mercados desenvolvidos ou não, além de garantir o serviço nas localidades carentes, microempresas entre outros;
- Garante preços de serviços reduzidos para localidades afastadas e de pouca viabilidade econômica;
- Disponibiliza serviços bancários a municípios de baixa renda possibilitando a circulação de recursos na localidade, além de efetuar pagamentos do INSS, frentes de trabalho, entre outros;
- Garante cidadania ao disponibilizar serviços públicos para a população como os serviços de registro de CPF, distribuição de urnas eleitorais, distribuição de livros

didáticos, recolhimento de leite materno, serviço militar, correspondência judicial, entre outros;

- Emprega mais de 98 mil empregados, permitindo o sustento de quase 400 mil pessoas entre empregados e familiares.

O comprometimento das receitas da empresa com despesas correntes, seria, também, um risco às contas públicas, na medida em que a empresa poderia acabar se tornando dependente do Tesouro. Outro argumento para justificar o projeto é que a privatização do setor postal seria uma tendência majoritária em nível mundial.

Antes, porém, de entrar na análise do conteúdo do PL, é importante definir o que são exatamente os serviços postais e apresentar um breve resumo das normas jurídicas que atualmente regulam a atividade no Brasil.

Conceito de serviço postal e o arcabouço regulatório em vigor no setor

O artigo 21, inciso X, da Constituição Federal (CF) de 1988 atribuiu à União a competência pela manutenção do serviço postal e do correio aéreo nacional. Esse preceito constitucional, no entanto, já existia como norma infraconstitucional no artigo 2º da Lei no. 6.538, de 19785, que determina que o serviço postal e o serviço de telegrama devem ser explorados pela União, através de empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações - a ECT.

Segundo o artigo 7º dessa lei - que é considerada o marco regulatório do setor postal no país - constituem serviço postal as atividades de recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas, além da venda de selos, peças filatélicas, coupons de resposta internacional e outros produtos assemelhados. A Lei no. 6.538 também estabelece, no artigo 9º, que é de competência da União a exploração, em regime de monopólio, dos serviços postais de cartas, cartões-postais e correspondência agrupada, além da fabricação de selos e produtos correlatos.

Destaca-se ainda, que a CF/88, TÍTULO VII - Da Ordem Econômica e Financeira, CAPÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA diz em seu art.º 173 que “ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei”.

Serviços Postais: A experiência internacional

Segundo estudo realizado pelo DIEESE, o debate sobre liberalização do mercado de serviços postais, vantagens e desvantagens dos modelos estatais e privados, deveria necessariamente considerar as características do Brasil, procurar informar-se sobre a experiência internacional e os modelos adotados em outros países. São muito diferentes do que se faz no Brasil? Que soluções têm sido utilizadas? Existe um modelo padrão, inquestionavelmente superior, que deveria ser copiado? Mercados flexíveis operados por empresas privadas compõem uma estrutura institucional preponderante nos diversos países? Seriam mais eficientes? Mais eficazes?

Para tentar responder a tais questionamentos, embora comparações internacionais sejam controversas, uma vez que cada país tem suas próprias características demográficas, geográficas, socioeconômicas e - em razão desses e de outros fatores - suas próprias e peculiares necessidades, procurou-se levantar e sistematizar informações de algumas localidades que permitam realizar a comparação.

A seleção desses países baseou-se em quatro critérios, quais sejam, os maiores países em tamanho de população, de território e de produto interno bruto, e as primeiras posições no ranking dos melhores serviços postais elaborado pela União Postal Universal - UPU, agência da ONU, que congrega 192 países membros.

De acordo com o tamanho da população, os 10 maiores países são, em ordem decrescente, China, Índia, Estados Unidos, Indonésia, Paquistão, Brasil, Nigéria, Bangladesh, Rússia e México, onde, segundo projeções populacionais da ONU, estão 58% da população mundial. Em todos esses países, sem exceção, os serviços postais universais são prestados por algum ente público, seja empresa pública, seja empresa de economia mista, seja, ainda, outro órgão governamental de natureza não empresarial.

Ordenados conforme o tamanho da área territorial, do maior ao menor, tem-se Rússia, Canadá, Estados Unidos, China, Brasil, Austrália, Índia, Argentina, Cazaquistão e Argélia, que respondem por mais da metade (55%) da área territorial do total dos países e, novamente, em nenhum deles os serviços postais básicos são operados por empresas privadas.

Quando dispostos de acordo com seu Produto Interno Bruto - PIB, a partir de dados também do Banco Mundial para o ano de 2019, os dez maiores países são: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Índia, Reino Unido, França, Itália, Brasil e Canadá, que juntos contribuíam com 2/3 do produto mundial. Nesse ranking, apenas na Alemanha e no Reino Unido há empresas privadas operando os serviços postais básicos, sendo que na Alemanha, o grupo econômico que administra a empresa de serviços postais (Deutsche Post DHL Group) tem como maior acionista uma empresa controlada pelo governo - o banco de desenvolvimento da Alemanha (o KfW).

Por fim, mas não menos importante, segundo a UPU, que anualmente publica um ranking do nível de desenvolvimento dos serviços postais de um conjunto de 170 países, os dez melhores serviços postais do mundo, em 2020, estavam localizados, pela ordem, nos seguintes países: Suíça, Áustria, Alemanha, Holanda, Japão, França, Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Singapura. O Brasil foi classificado no grupo intermediário superior com melhor desempenho, que o relatório considera como “good performers”.

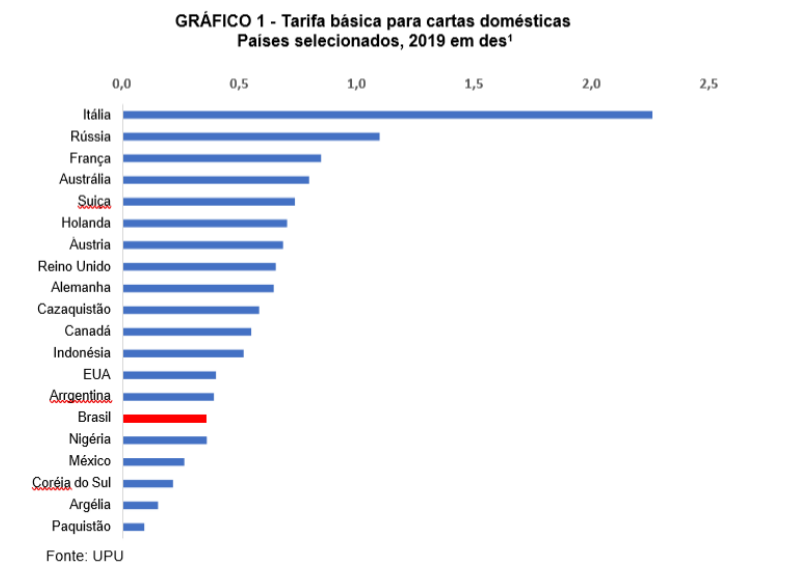
É importante observar que em sete dos dez países com os melhores serviços postais do mundo, é o setor público que os opera diretamente. Mais do que isso, nas duas primeiras posições estão Suíça e Áustria, onde os serviços postais são operados por empresas controladas pelo Estado - na primeira, por uma empresa pública e na segunda, de economia mista. Vale dizer que a Suíça vem ocupando essa primeira posição já há alguns anos.

Nas quatro relações apresentadas - dos países mais populosos, dos maiores territorialmente, com maiores PIB e com melhores posições no ranking da UPU, tem-se um conjunto de 24 países. A rigor, poucos países privatizaram seus serviços postais. Nesse grupo de 24 países, por exemplo, além de Alemanha, Reino Unido e Holanda, que poderiam ser, em princípio, considerados casos bem-sucedidos de privatização, tem-se a privatização ocorrida na Argentina, nos anos 1990, que foi muito contestada e, ao final, foi revertida, com a reestatização dos correios ocorrida em 2003.

Destaca-se ainda, o caso de privatização dos Correios de Portugal ocorrida em 2013, que tem sido constante as análises sobre queda da qualidade do serviço prestado e de aumento dos preços das tarifas, as quais estão promovendo na sociedade portuguesa o ensejo de

reestatização da empresa de Correios e o fracasso do modelo de privatização adotado, o qual foi muito similar a proposta do PL aprovado na Câmara dos Deputados.

Também a título de comparação, apresenta-se no Gráfico o valor das tarifas básicas para o envio de cartas praticadas no conjunto de países selecionados. Nota-se que o Brasil figura, juntamente com Estados Unidos, Argentina, Nigéria e México, dentre aqueles que praticam as menores tarifas.



Diagnóstico operacional e financeiro da ECT

A função primordial de um sistema nacional de serviços postais é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de determinado país, assegurando a comunicação postal universal e a preços acessíveis entre pessoas, empresas, governos e demais organizações.

Nos termos da UPU, o setor postal joga importante papel na promoção do desenvolvimento socioeconômico. Serviços postais universais, a preços acessíveis e eficientes, reduzem substancialmente os custos de transações entre os agentes econômicos, assegurando a eles o acesso a uma vasta rede de comunicação e infraestrutura.

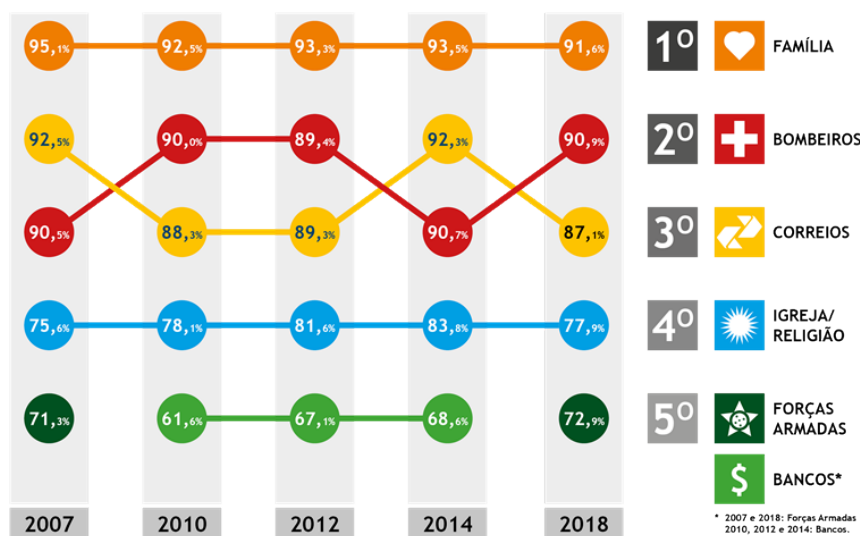
Nesse sentido, o setor postal contribui ativamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (...) [E] o desenvolvimento postal pode ser definido como refletindo a habilidade de uma rede postal de determinado país atuar

transversalmente a um amplo conjunto de fatores que possibilitam o desenvolvimento socioeconômico.

Para se ter uma noção do volume de atividades que a ECT realiza, a empresa entregou, em 2020, em média, 15,2 milhões de objetos postais por dia, sendo 13,7 milhões de correspondências e 1,5 milhão de encomendas nacionais e internacionais. Esses números são impressionantes, mas não se trata apenas de quantidade, pois, a despeito dos desafios operacionais que enfrenta para atuar em todo o território nacional, a empresa consegue manter elevado nível de qualidade.

Por obrigação legal, os Correios contratam institutos credenciados para realizar regularmente pesquisas de imagem e satisfação junto aos clientes. No período compreendido entre 2007 e 2018, a satisfação geral com a empresa girou em torno de 90% e sua imagem pública é das mais bem avaliadas. No ranking das instituições com melhor avaliação, em primeiro lugar está a Família; e na segunda posição, revezam-se ECT e Bombeiros, como mostra a figura.

Confiança nas instituições - 2007 a 2018



Fonte: ECT



Além disso, também como afirmação da qualidade do serviço realizado, a ECT, apesar do volume de operações diárias, registra um número de reclamações de clientes muito aquém de outras empresas, mesmo daquelas que atuam no serviço de entregas. Segundo o ranking das empresas mais reclamadas do Procon SP para o estado de São Paulo, em 2017, a ECT ficou em 39º lugar; em 2019, em 25º lugar; e, em 2021 - até o presente momento -, em 31ª

posição. As companhias de telefonia, de tevê por assinatura e bancos dominam as primeiras posições. Cabe lembrar que as teles, pentacampeãs de reclamações, foram privatizadas há décadas, aproveitando uma onda de mudança de padrão tecnológico, mas patinam em ineficiência e altas tarifas.

Chama atenção ainda que empresas concorrentes dos Correios no e-commerce e candidatas à sua aquisição, supostamente mais eficientes por serem privadas, figuram em posições muito piores que a da estatal. É o caso do Magazine Luiza em 7º lugar, do Mercado Livre em 8º, e da Americanas em 9º. Uma pesquisa do site Poder Data realizada em março mostra que 52% da população brasileira é contra a privatização dos Correios, enquanto 29% dizem ser a favor e 19% não souberam informar ou não responderam à pergunta.

A infraestrutura postal da ECT esta distribuída em todos os municípios brasileiros, proporcionando atendimento e acesso aos serviços postais e financeiros prestados pela companhia a mais de 55 milhões de domicílios em todo o país. Em 2020, a ECT tinha 11.541 unidades de atendimento, sendo 6.044 agências próprias e 5.497 terceirizadas (agências filatélicas, de correios comercial, de correios franqueadas e de correios comunitárias.

No último período a ECT tem adotado uma estratégia de maior gestão da empresa focando na redução de custos operacionais, que passando a enfatizar a otimização de processos, e a sustentabilidade financeira. Até então, o foco principal da gestão da Companhia era a universalização dos serviços postais, serviços de encomendas e bancários básicos, visando ao desenvolvimento das localidades desprovidas de atendimento postal e à inclusão social de sua população. Dessa forma, a ECT se caracterizava como instrumento governamental de desenvolvimento social e econômico do país.

A estrutura operacional da ECT, por sua vez, é composta por unidades especializadas nas atividades de gestão da frota, de tratamento de cartas e encomendas, de entrega, de embarque/desembarque de carga e de logística. Em 2011, eram 9.947 unidades operacionais, estrutura que foi fortemente reduzida para 2.027 unidades, em 2020. Essa expressiva redução se deu em função do fechamento de quase quatro mil unidades de distribuição (UD) entre 2019 e 2020: em 2019, eram 4.897 e, em 2020, apenas 978. Entre 2014 e 2015, também já havia sido observado o fechamento de mais de 4.500 UD. A diminuição das unidades de distribuição, segundo os atuais gestores da empresa, tem visado à redução de custos com

unidades e percursos tidos como improdutivos, reforçando também a estratégia de priorização dos resultados da Companhia.

A ECT também é uma das maiores empresas empregadoras do país. Em 2013, o efetivo da empresa era de 125.420 empregados. A partir de 2014, deu-se início ao enxugamento contínuo do quadro de pessoal da empresa, com a adoção de vários Planos de Desligamento Incentivado para Aposentadoria (PDIA) implementados pela companhia. No período de 2014 a 2020, o quadro de pessoal da ECT foi reduzido em mais de 27 mil empregados, o que corresponde a uma queda de 21,7% em relação a 2013.

A despeito de ser uma empresa pública prestando um serviço essencial à sociedade e, por isso, não ter como objeto fundamental gerar lucros aos acionistas (União), a ECT tem mostrado resultados satisfatórios do ponto de vista econômico-financeiro ao longo das duas últimas décadas. A empresa superou com sucesso o período da crise internacional iniciada em 2008 e, mais recentemente, tem se recuperado da atual crise econômica vivenciada pelo país.

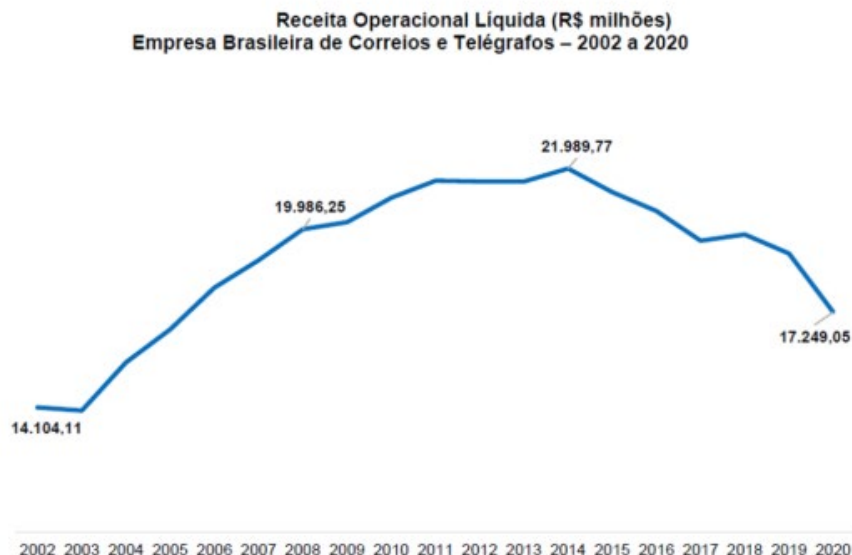
Outro aspecto relevante é que, além de não ser dependente de recursos da União, a Companhia possui operações custeadas integralmente por receitas próprias. A receita bruta de vendas e serviços da ECT é decorrente dos serviços postais de franqueamento autorizado de cartas (FAC), mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo, no âmbito interno.

É composta também pelas receitas internacionais provenientes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas. A análise de sua composição revela que, até 2017, a receita com mensagens respondia pela maior parte das vendas da empresa. Somente a partir de 2018 é que as encomendas passam a ter maior participação, visto que esse segmento vem crescendo em velocidade maior que a de mensagens.

A adoção de necessárias medidas de isolamento social e fechamento de estabelecimentos para atendimento presencial, em função da pandemia da covid-19, levou muitos consumidores a recorrerem às compras online em 2020. Com isso, as receitas do segmento de encomendas (+9,0%) totalizaram quase R\$ 10 bilhões no ano, respondendo por 55,3% do total da receita

bruta da companhia. A preferência dos usuários pelos canais digitais, por outro lado, tem reduzido o tráfego e a receita do segmento de mensagens, cuja participação caiu para 30,7% do total de receitas no último ano.

A receita operacional líquida da ECT, em termos reais, registrou contínuo crescimento até 2014, quando alcançou o patamar de R\$ 21,99 bilhões, e passou a diminuir a partir de 2016, período que coincide com a crise econômica vivenciada pelo país e pelo encerramento do contrato de serviços de Banco Postal junto ao Banco do Brasil. Ainda assim, a receita observada em 2020 (R\$ 17,25 bilhões) encontra-se em patamar 22,3% superior ao registrado em 2002 (R\$ 14,10 bilhões).



Fonte: Demonstrações Contábeis Consolidadas da ECT -Elaboração: DIEESE
Nota: Dados em valores reais de dezembro de 2020, deflacionados pelo IPCA/IBGE

No período de 2002 a 2020, a ECT registrou crescimento de 38,2% de seu resultado líquido, em termos reais, saindo de R\$ 1,11 bilhão em 2002 para R\$ 1,53 bilhão em 2020. O indicador alcançou seu maior valor em 2012, quando totalizou R\$ 1,72. Entre 2013 e 2016, período mais agudo da recente crise do país, o resultado líquido foi negativo, com o maior prejuízo em 2015 - de R\$ 2,62 bilhões.

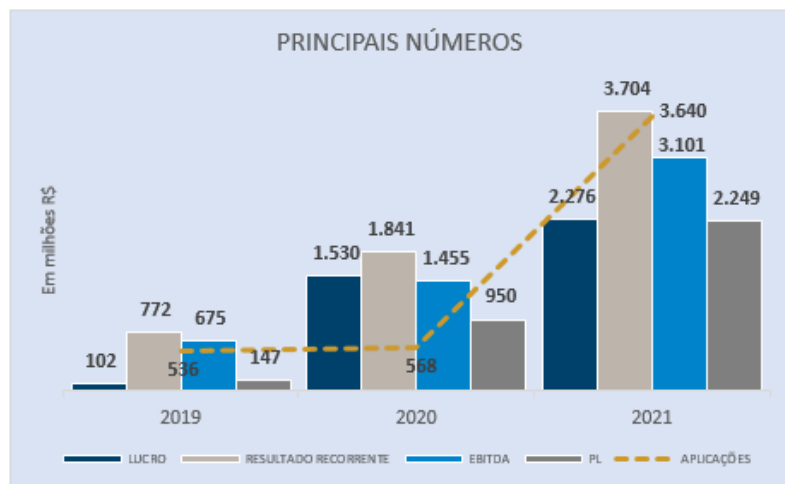
A situação econômica atual dos Correios é superavitária, mesmo com a crise da COVID19; os resultados obtidos pela empresa durante a pandemia, divulgados dezembro de 2021 tiveram incremento acentuado das receitas totais e a expressiva queda das despesas, resultando num superavit acumulado em 2021 na ordem de R\$ 2,3bilhões.

O resultado líquido de R\$ 2,3 bilhões, o maior valor nominal apurado nos últimos anos e resultado recorrente de R\$ 3,7 bilhões, quando expurgados os efeitos do benefício pós-emprego, PDI, contingências judiciais, precatórios e imunidade tributária.

Os sucessivos recordes de postagens alcançados neste exercício ratificaram a vocação da empresa em aproximar pessoas e negócios, além de maximizarem o caixa, de forma a garantir a saúde financeira e a continuidade operacional dos Correios. Os recursos gerados foram usados à redução do endividamento bruto e à modernização de suas operações, com o lançamento de novas soluções digitais e serviços para o e-commerce, essenciais para fomentar o desenvolvimento do país.

Na alavancagem do desempenho operacional, destaca-se, principalmente, a elevação das receitas de encomendas, cujo incremento no ano foi de 26,2% em relação ao anterior e a adoção de medidas com foco na redução de custos fixos, tais como o PDI.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do desempenho da empresa nos últimos três exercícios:



Assim, desconstruindo a retórica de que os Correios são uma empresa dependente do tesouro nacional, a instituição é superavitária e, portanto, geram lucros que, além de serem utilizados na sua modernização, são transferidos à União na forma de dividendos.

O quadro a seguir detalha a receita bruta, demonstrando que a alavancagem das receitas apuradas no exercício, deve-se, principalmente, aos segmentos de encomendas - com

acréscimo de 26,2% no faturamento em relação ao exercício anterior, e internacional que apresentou crescimento de 123,8% comparado a 2020.

Este desempenho é atribuído, sobretudo, à expansão do e-commerce acelerado pela pandemia de Covid-19.

RECEITA BRUTA DE VENDAS E	31/12/2021	PARTICIP	31/12/2020	PARTICI
Encomenda	12.523.448	56.7%	9.925.418	55.3%
Mensagem	5.447.993	24.7%	5.508.122	30.7%
Internacional	2.758.214	12.5%	1.232.240	6.9%
Logística	460.020	2.1%	335.828	1.9%
Marketing	382.299	1.7%	431.734	2.4%
Malote	264.101	1.2%	240.605	1.3%
Conveniência	204.068	0.9%	215.498	1.2%
Outros	50.528	0,2%	74.115	0,3%
TOTAL	22.090.671	100.0%	17.963.560	100.0%

Em 2021, a ECT fechou a Receita Operacional em R\$ 22,09 bilhões, com um resultado líquido de R\$ 2,276 bilhões, um grande salto comparado ao exercício de 2020. Destaca-se, principalmente, que o ganho de receita operacional se deu no seu segmento concorrencial vinculado a entrega de encomenda.

O setor postal, manteve-se estável em relação a 2020 em valores nominais, sinalizando que o referido segmento já atingiu seu limite inferior, não devendo ocorrer novas quedas significativas neste segmento nos próximos 04 anos.

O setor internacional cresceu vertiginosamente, na ordem de 178%, já representando aproximadamente 7% da receita total da ECT.

Durante esse mesmo período, ainda houve, em 2013, ajustes na provisão do Benefício Pós Emprego e, em 2014, expressiva redução das receitas da Companhia com luvas do Banco Postal que respondiam por mais da metade das outras receitas operacionais e, em 2016, já não foram contabilizadas.

Entre as despesas gerais e administrativas, destaque para as elevadas despesas Pós-Emprego registradas naqueles anos, que foram provisões referentes às obrigações com os planos de aposentadoria e pensão, bem como assistência à saúde, sob responsabilidade da empresa, decorrentes de implantação de novo modelo contábil na empresa em 2015.

As despesas de pós-emprego dos Correios são um desafio para a gestão dos Correios no próximo governo, devendo ser uma preocupação constante e que busque ações que não prejudiquem a sustentabilidade dos Correios no futuro.

Movimentação do ativo/(passivo) líquido reconhecido no balanço

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO/(PASSIVO)	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo/(passivo) líquido	-	-	(6.015.96)	(3.685.17)	(265.119)	(3.483.5)
Contribuições do patrocinador, líquidas de	3.757	4.768	305.741	279.234	198.213	301.886
Valores reconhecidos no	2.844	(4.448)	(521.228)	(361.728)	-	611.623
Valores reconhecidos	(6.601)	(320)	(984.629)	(2.248.29)	-	2.304.8
Reversão de obrigação	-	-	-	-	66.906	-
PASSIVO	-	-	(7.216.08)	(6.015.96)	-	(265.11)

As dificuldades econômicas que foram destaques na mídia no período de 2015 a 2019, de contabilização de prejuízos, referiu-se a conjuntura temporal, decorrente de significativo aumento das despesas extraordinárias de pessoal, decorrentes da execução de diversos Planos de Demissão Incentivada no período de 2016 a 2020, que impactaram a despesa em quase R\$ 3 bilhões de reais, e cujo o impacto reduziu o efetivo em mais de 27 mil empregados, além da contabilização de despesa de pós-emprego em saúde em 2015, consoante determinação do Ministério do Planejamento à época.

No período de 2002 a 2013, a ECT distribuiu à União mais de R\$ 7 bilhões em valores reais, a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Já os juros remuneratórios sobre capital próprio referem-se ao crédito a título de remuneração do capital próprio investido na companhia. Desde 2014, não houve mais destinação de dividendos à União.

Os Correios, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros apresentadas no Balanço Patrimonial da Empresa em 2021, trazidos a valor presente, estimam que os créditos tributários ativos de CSLL calculados a partir das movimentações temporárias e do saldo negativo de CSLL, serão realizados em até 10 anos, uma vez que a expectativa de lucros para

os próximos 10 exercícios, supera o valor atualmente registrado de R\$ 367.818, conforme demonstrado a seguir:

ESTIMATIVA	DE	RESULTADO FISCAL	A	SUPORTE	DE
2023		1.320.000		118.800	
2024		1.470.000		132.300	
2025		1.775.000		159.750	
2026		1.950.000		175.500	
2027		1.959.000		176.310	
2028		2.058.000		185.220	
2029		1.816.000		163.440	
2030		1.553.000		139.770	
2031		1.290.000		116.100	
2032		1.398.000		125.820	
TOTAL		16.589.000		1.493.010	

A estimativa de lucro futuro é sinal bastante claro da sustentabilidade econômica da empresa nos próximos 10 anos, além de ser uma garantia inclusive de pagamento de dividendos ao próprio governo.

Com relação ao volume de investimentos, que o atual governo diz ser insuficiente, observa-se que, no período de 2006 a 2020, foram mais de R\$ 6,9 bilhões investidos pela empresa, em termos reais, principalmente em manutenção da infraestrutura operacional, modernização da frota de veículos, Tecnologia da Informação (TI) e instalação de Unidades de Tratamento.

A respeito dos investimentos e da atualização tecnológica, cabe ainda mencionar que por dois anos consecutivos - 2018 e 2019 - a empresa foi reconhecida como número um na categoria Logística no e-commerce, em premiação promovida pela Associação Brasileira de Comércio Eletrônico, em seu Prêmio ABCComm de Inovação Digital.

Ressalta-se ainda, que a estratégia empresarial dos Correios a partir de 2014 foi de redução do imobilizado da empresa, por meio de locação de grandes imóveis (galpões industriais feitos sob encomenda) em substituição a imóveis próprios e com consequente redução dos investimentos em obras e serviços de engenharia, fato que reduziu drasticamente às necessidades dos Correios na realização de investimentos, na ordem de mais de 50%.

Além disto, os investimentos em máquinas de triagem e automação de encomendas realizadas no período de 2015 a 2020, são mais do que suficientes para atender as operações

até o final desta década. A frota de veículos leves dos Correios foi praticamente substituída por veículos novos em 2021, devendo ser operacional para os próximos 05 anos.

Assim, o atual governo ao alegar que a ECT necessitaria de investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões/ano para manter-se competitiva no mercado apresenta estimativa superdimensionada para justificar sua privatização, considerando-se, principalmente, que as empresas que operam neste segmento e mesmo a próprio Correios tem optado numa estratégia de terceirização de imóveis e de algumas etapas da atividade, fato que reduz drasticamente a necessidade de investimentos próprios no segmento.

Destaca-se ainda, que a modernização dos Correios, diferentemente do que vem sendo dito pelo Governo, está em andamento desde 2011. Em setembro daquele ano, foi sancionada a lei 12.490 e, a partir desse marco, foi aprovado o novo estatuto social da estatal, permitindo sua modernização e fortalecimento como empresa pública. Na prática, essa importante alteração legal possibilita que os Correios ampliem sua atuação para o exterior; possam atuar no segmento postal eletrônico, financeiro e de logística integrada; possam firmar parcerias comerciais que agreguem valor a sua rede e a sua marca e possam participar como sócios minoritários de outras empresas e até mesmo constituir subsidiárias. Além disso, a lei estabeleceu obrigações que aprimoraram a governança corporativa da empresa, que passou a ter uma Assembleia Geral e suas demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes, desde que registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Destaca-se que a ECT não é uma empresa endividada, tendo somente R\$ 154 milhões em empréstimos contratados, conforme segue:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	154.355	266.107
Não circulante	-	30.379
TOTAL	154.355	296.486

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e as aplicações financeiras foram superiores ao valor da dívida (composta pelos empréstimos e arrendamentos) fazendo com que o indicador Dívida Líquida/EBITDA fosse negativo em 0,58, conforme detalhado a seguir:

DESCRIÇÃO		31/12/2021	31/12/2020
Caixa e aplicações financeiras		3.646.075	579.026
Arrendamento e empréstimos e		1.835.078	2.013.836
A – Dívida Líquida		(1.810.997)	1.434.810
B - EBITDA		3.101.260	1.454.968
DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA (A/B)		(0,58)	0,99

O baixo nível de endividamento da empresa é um aspecto muito positivo, sinalizando que a empresa pode futuramente aumentar seus investimentos para crescimento operacional da empresa por meio de financiamento financeiro, especialmente por meio Projetos Econômicos via BNDES.

Destaca-se ainda, que grande parte das necessidades de investimento foram e estão sendo substituídas por ações de sucesso com parcerias com terceiros em relação a ocupação de imóveis e utilização de veículos de grande porte (caminhões e aviões) e ainda, com parcerias em relação a rede de agências terceirizadas. Este modelo de gestão reduz consideravelmente a necessidade de investimentos próprios, além de ser mais flexível as alterações do mercado concorrencial, fato que por si só, já contradiz o argumento do governo de inviabilidade de investimentos dos Correios da ordem de R\$ 2 bilhões ano.

A capacidade da ECT de remunerar seus acionistas está relacionada a outra informação relevante, qual seja, a de que, ao longo de um largo período, a empresa tem apresentado resultados financeiros positivos, não depende de recursos do Tesouro Nacional e está longe de ser um risco à higidez das contas públicas da União. Entre os anos de 2002 e 2020, foram registrados prejuízos apenas nos anos de 2014, 2015 e 2016. Em 2021, seu Lucro Líquido foi de R\$2,3 bilhão.

Não deve ser à toa que, à exceção de alguns países, a prestação dos serviços postais pelo estado seja a regra mundial. A comunicação postal, como mencionado, é atividade de extrema importância à promoção do desenvolvimento socioeconômico. Além da modicidade tarifária e da prestação universal dos serviços, permitindo às pessoas, empresas, governos e outras organizações, realizarem sua comunicação e efetivarem suas transações, os serviços postais têm elevada importância na operação estatal da política pública – como no caso, atualmente tão emblemático, do transporte e distribuição das vacinas - e como instrumento de promoção da integração nacional.

Cenário Previsto para os Próximos Quinquênios

O cenário econômico para a ECT é bastante desafiador, principalmente no setor concorrencial nas cidades de grande porte econômico.

Atualmente, o setor de encomendas representa mais de 55% da receita total, sendo que a maior parte deste segmento é oriundo de aproximadamente 450 municípios do país, que tem receita superavitária, sendo as operações nas demais cidades deficitárias.

O e-commerce deve continuar crescendo no Brasil nos próximos anos, porém de forma menos explosiva do que ocorreu no período da pandemia da COVID. Neste cenário de crescimento mais linearizado do e-commerce, os demais concorrentes dos Correios devem ampliar sua concorrência nos municípios que superavitários para a ECT, não expandindo suas operações para os municípios deficitários.

O grande desafio da ECT será então, garantir um equilíbrio entre suas operações deficitárias (direito a universalização) e suas operações superavitárias que serão corroídas pela concorrência em médio prazo.

Destaca-se que a obrigação da ECT em estar presente em todos os municípios do país tem um custo anual da ordem de quase R\$ 5 bilhões, que hoje é custeada pela isenção fiscal dada pelo governo nas operações da empresa (cerca de R\$ 2 bilhões/ano) e com o subsídio indireto de receitas entre as localidades superavitárias.

Neste sentido, é de fundamental importância a empresa buscar formas de sustentabilidade econômica para a manutenção de sua capilaridade em todos os municípios do país.

Destaca-se que a receita do segmento postal (monopólio) deverá continuar estagnada ao longo dos próximos anos, ou seja, não poderá ser usada para sustentar as operações deficitárias nas localidades mais afastadas do país.

O segmento de encomendas internacionais deve continuar crescendo exponencialmente nos próximos anos, principalmente em caso de valorização do real. A ECT possui grande vantagem competitiva neste segmento de pequenas encomendas, dado seu relacionamento junto a UPU e a Receita Federal do Brasil.

Proposta de Ação, inclusive para o desenvolvimento econômico do Brasil

Pelo cenário acima, os Correios devem implementar ações de:

Promover concorrência por meio de preço do serviço nas cidades superavitárias, visando manter dificultar o aparecimento de novos concorrentes e a perda de clientes. Neste sentido, há necessidade de redução de custos operacionais com meio de uso de entregas combinadas de objeto, racionalização de linhas de entrega, entregas em horários diferenciados (noturno).

Fidelização de Clientes por meio da criação e marketing place com custo inferior ao do mercado aos vendedores de mercadoria (mercado trabalho com 15% em média). A ideia é fidelizar a entrega da encomenda, e não a obtenção de lucratividade pela disponibilização do marketing place.

Criação de novos produtos para os atuais municípios deficitários, tais como serviços bancários (abertura de contas, pagamentos, financiamentos de baixo valor, seguros, pesquisa SERASA), serviços vinculados registros em órgãos dos governos Federal, Estadual e Municipal (CPF, identidade, abertura de empresa, reservista, Detran, entre outros – Balção da Cidadania); serviços de apoio a aposentados e projetos sociais (visitação de idosos para prova de vida, acompanhamento de saúde, prova de realidade econômica). Os novos serviços além de melhorar a vida das populações localizadas nesta área, permitirá um incremento da receita nestas unidades da ECT.

Projeto de Desenvolvimento econômico para cidades do interior e micro e pequenas empresas por meio de disponibilização de serviço de marketing place social, priorizando a venda de produtos locais para os grandes centros econômicos do país, agregando ainda serviços de financiamento, vendas parceladas com menores taxas, capacitação em e-commerce nas localidades, acesso a banda larga de internet nas localidades por meio de parceria com a Embratel.

Fortalecimento do papel de regulador de preços de mercado dos Correios no segmento de encomendas até 10kg, em sintonia com ações similares dos Correios dos países da Europa. O papel de regulador de preços deve incentivar a entrada de micro e pequenas empresas atualmente alijadas do e-commerce, além de desenvolver o mercado e ser mecanismo de redução de custos logísticos para o país.

Serviços de geoprocessamento de endereços para clientes do mercado privado e governamental,

Serviços operacionais para o IBGE como coleta de pesquisas

Desenvolver armazéns com status de “porto seco – status alfandegário” para as cargas internacionais (principalmente empresas de marketing place chinesas), reduzindo assim o prazo de entrega para produtos importados pelos brasileiros. Dada a escala de consumo de mercadorias por parte dos brasileiros, é viável a utilização destes armazéns como plataforma de distribuição de produtos para os demais países da América do Sul, reduzindo os custos de transporte de importação e redução do prazo de entrega das mercadorias.

Redimensionamento da rede rodoviária e aérea dos Correios visando redução de custos com uso de menores trajetos de transporte

Alteração do serviço postal, separando o serviço postal social do serviço postal comercial. O projeto é tarifar o serviço postal comercial (principalmente dos grandes clientes do setor bancário) com preços de serviço premium, a similariedade do que acontece nos Correios europeus. Os grandes bancos atualmente cobram taxas bancárias de clientes que optam pelo serviço dos Correios com valores muito superiores ao preço da ECT.

As propostas vinculadas a Postalís (plano de aposentadoria suplementar) e Postal Saúde (plano de saúde suplementar) serão emitidas em documento próprio em outra oportunidade.

Vamos, juntos, dizer NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Brasília, outubro de 2022

Diretoria Nacional da ANATECT



Rodolfo Manoel Marques do Amaral
Presidente da ANATECT